

## Ramon Llull e a “Árvore Imperial.”

Diones Augusto Ribeiro<sup>1</sup>

Mário Miranda de Magalhães<sup>2</sup>

### Resumo

O objetivo do presente trabalho é analisar a obra do catalão Ramon Llull (1232?-1316?) *A Árvore Imperial*, escrita entre os anos de 1295 e 1296, cuja tradução para o português foi feita pelo Prof. Dr. adjunto da Universidade Federal do Espírito Santo (Ufes) Ricardo da Costa, como trabalho final de um curso de *Tradução de Catalão Antigo* realizado no *Raimmundos-Llulls-Institut* entre setembro a dezembro de 1999.

### Abstract

The objective of this study is to analyze the work of the Catalan Ramon Llull ( 1232 ? -1316 ? ) *A Árvore Imperial*, written between the years 1295 to 1296 , whose translation into Portuguese was made by Prof. Dr. deputy of the Federal University of Espírito Santo ( Ufes ) Ricardo da Costa, as the final work of a translation course *Tradução de Catalão Antigo* in *Raimmundos - Llulls -Institut* from September to December 1999 .

---

<sup>1</sup> Doutor em História Social das Relações Políticas pela Universidade Federal do Espírito Santo

<sup>2</sup> Graduado em Geografia pelo Centro Universitário Claretiano.

## RAMON LLULL E A ÁRVORE IMPERIAL

Não é possível dizer com exatidão o ano de nascimento do filósofo catalão Ramon Llull. Na provável casa em que ele nasceu há uma placa que o indica o em 1232, mas, para os especialistas, ele veio ao mundo entre 1232 a 1235.

A Vida de Ramon Llull foi intensa. Em 1249, ele foi pajem<sup>3</sup> do segundo filho de Jaime I, futuro Jaime, rei das Maiorcas. Em idos de 1257, casou-se com Blanca Picany, tendo com ela dois filhos. Em 1265, quando compunha uma canção para uma dama, teve a visão de Jesus crucificado, convertendo-se, logo depois, ao cristianismo. De acordo com Ricardo Costa, tal episódio epifânico, assim como ocorrera com Inácio de Loyola,

[...] veio acompanhada de dois desejos: preparar-se para o martírio e converter infiéis e incrédulos para a fé católica. Para a segunda missão, seria necessário compor livros, “uns bons e outros melhores, sucessivamente, contra os erros dos infiéis”. Dedicou-se então durante quase dez anos (1265-1274) a aprender a língua árabe com um escravo (que mais tarde tentou matá-lo), para tomar conhecimento da filosofia oriental árabe e judaica e buscar uma síntese com a filosofia cristã do século XIII.<sup>4</sup>

Após vender seus bens e deixar boa parte do dinheiro à esposa e filhos, Ramon Llull parte, a princípio, em peregrinação pela Europa, a templos sagrados (Igreja de São Jaime, Igreja de Nossa Senhora do Rocamor...) e a lugares diversos (Chipre, Tunis, Armênia e Sílicia), além de percorrer diversas universidades européias (Paris, Nápoles, Roma, Bolonha, Montpellier e Barcelona). Llull transforma-se em missionário laico e, além de participar do *Concílio de Vienne*<sup>5</sup> (1311-1312), migrou ao norte da África para propagar a fé

<sup>3</sup> Moço nobre que, na Idade Média, acompanhava seu príncipe ou amo. Também era o primeiro estágio ocupado para aquele que queria ser cavaleiro.

<sup>4</sup> COSTA, Ricardo: Apresentação. In: LLULL, Ramon. **O Livro da Ordem da Cavalaria**. São Paulo: Editora Giordano/ Instituto Brasileiro de Ciência e Filosofia Raimundo Lúlio, 2000, p.5.

<sup>5</sup> O Concílio de Vienne foi celebrado entre 1311-1312 em Vienne, França. Incentivado por Filipe IV, o Belo, rei da França, que pretendia tomar providências contra os templários, o Concílio pronunciou-se em favor da supressão da Ordem, com a bula "Vox in excelso" de fevereiro de 1312. Porém, Llull não era totalmente contra os templários, pois, de acordo com Jaulent, “embora desejasse a unificação das ordens — fato que sem dúvida contribuiu para distanciá-lo de Jaime II, de Aragão —, soube manter-se o mais tempo possível à margem das controvérsias. Além disso, quando ouviu falar pela primeira vez da detenção dos templários, encontrava-se em Pisa, aonde se recuperava de um naufrágio que sofreu após ter sido expulso de território muçulmano. Portanto, demorou a tomar conhecimento dos acontecimentos”. Para ver mais: JAULENT, Esteve. **Os problemas enfrentados por Lúlio em**

cristã entre os muçulmanos. Porém, como havia previsto, torna-se mártir ao ser, em 1316 (?), apedrejado por muçulmanos em Bougie, norte do continente africano.<sup>6</sup>

Do ponto de vista teórico, o pensamento *lluliano* possui três características fundamentais:

1 – Llull é um dos principais expoentes da renovação cristã do período compreendido do final da Idade Média até o início do Era Moderna;

2 – Llull é um dos primeiros escritores europeus a mesclar filosofia e literatura em língua vernácula - no caso a língua catalã de sua época - pura;

3 – Llull é um dos pioneiros da literatura cavaleiresca medieval, sendo considerado por muitos medievalistas um dos principais baluartes do pensamento político e filosófico da Idade Média.<sup>7</sup>

Porém, apesar de ter produzido muita coisa, é somente a partir de 1293 que Llull passa a definir local e data de produção de suas obras. Como reflexo de sua erudição, ele escreveu em catalão, em latim e em árabe. De acordo com Anthony Bonner, a produção de Llull pode ser dividida em quatro etapas:

1º - Fase Pré-artística (1271-1274) – Período compreendido do final dos estudos de Llull até a visão que tivera de Cristo crucificado, escrevendo, nesse interregno, 3 livros;

2º - Fase Quartenária (1274-1289) – Fase dividida em 2 ciclos: de *Ars compendiioda inveniendi veritatem* (1274-1283) até *l' Art demonstrativa* (1283-1289)

---

**Paris:** a cruzada e a luta contra o averronismo. Disponível em: <[http://www.ramonllull.net/sw\\_studies/studies\\_original/problemasparis.html](http://www.ramonllull.net/sw_studies/studies_original/problemasparis.html)> Acesso em: 19 jul. 2007.

<sup>6</sup> LLULL, op. cit., nota 2.

<sup>7</sup> OLIVEIRA, Josemar Machado. Resenha do “O Livro da Ordem de Cavalaria” de Ramon Llull. In: COSTA, Ricardo d.; PEREIRA, Valter Pires (org). **Revista de Departamento de História da UFES**. Numero 9. Vitória: EDUFES, 2001.

3º - Terceira fase (1290 – 1308) – Período em que ele tenta tornar a compreensão de suas obras simples;

4º - Pós-artística (1308-1315) – Fase de amadurecimento intelectual, em que Llull passa a se preocupar com os problemas concretos, filosóficos e lógicos.<sup>8</sup>

Escrita numa fase em que as línguas vernáculas, aos poucos, iam substituindo o latim como língua de referencia, visto que a fonte traduzida por Ricardo da Costa é em catalão,<sup>9</sup> *A Árvore Imperial* insere-se na terceira fase do pensamento de Ramon Llull. Escrita entre 1295-1296, ela, sétima parte de uma grande obra chamada *A Árvore da Ciência*, é dirigida especificamente aos reis, pois se trata de um grande tratado medieval em que o monarca cristão daquela época deveria se balizar para agir com bondade e prudência, usando a justiça e a ética contra os vícios e maus costumes.

*A Árvore Imperial* começa com um diálogo entre Ramon Llull e um monge medieval. Llull, que se encontrava em lágrimas numa árvore a cantar, foi abordado por este que, logo em seguida, disse que há muito tempo o procurava com o objetivo que ele fizesse

[...] um livro geral para todas as ciências, que pudesse ser entendido facilmente e também se pudesse entender a sua *Arte Geral* que havia feito, pois era excessivamente sutil entender, embora as outras ciências que foram feitas pelos antigos sábios que haviam passado sejam também difíceis de entender e requerem longo tempo para aprender que só com grande dor pode o homem chegar a algum fim [...]. Assim, ele pedia-lhe que fizesse um livro geral que ajudasse a entender as outras ciências, pois o entendimento confuso leva grande perigo e privação da grande devoção de honrar, amar e servir a Deus, e procurar salvar a seu próximo.<sup>10</sup>

Considerando de bom grado o pedido do monge, começou a admirar a beleza da árvore e disse:

<sup>8</sup> Anthony Bonner, Apud LLULL, op. cit p.7, nota 2.

<sup>9</sup> De acordo com Benedict Anderson, a disseminação lenta e desigual de línguas vulgares específicas se tornou, aos poucos, um eficiente instrumento de centralização administrativa, pois, após o colapso do Império do Ocidente, nenhum soberano poderia monopolizar o Latim e torna-lo sua língua exclusiva. Para ver mais: ANDERSON, Benedict. **Nação e consciência nacional**. São Paulo: Ática, 1989.

<sup>10</sup> LLULL, Ramon. *A Árvore Imperial*. In: COSTA, Ricardo d. (org). **Testemunhos da História: documentos de História Antiga e Medieval**. Vitória: Edufes, 2002. p.314-315.

“ – Senhor monge, eu penso que significava ente limoeiro, pois todas as coisas que existem têm significado nelas próprias. Por isso, tenho a vontade de fazer o livro que vós me pedistes, recebendo os significados que esta árvore me significa em sete coisas, isto é, pelas raízes, e pelo tronco – a cepa da árvore - , pelos braços, pelos ramos e pelas folhas, e pelas flores e pelo fruto. E por todas estas setes coisas proponho fazer o procedimento deste livro.”<sup>11</sup>

A *Árvore Imperial* é dividida em sete partes:

- a) Raízes;
- b) Tronco;
- c) Braços;
- d) Ramos;
- e) Folhas;
- f) Flores;
- g) Frutos;

As raízes da *Árvore Imperial* seriam as bondades, as grandezas, as durações, os poderes, as sabedorias, as vontades, as virtudes, as verdades, os deleites, as concordâncias, os começos e os fins, as maioridades, as igualdades e as menoridades. Todos deveriam concordar entre si para gerar benefícios à comunidade medieval com o objetivo de universalizar a bondade e vários outros efeitos positivos que, em última instância, determinariam que a “bondade única seja a de uma pessoa comum, e o mesmo da grandeza e as outras, chamando-se essa pessoa imperador ou príncipe.”<sup>12</sup>

O príncipe, para Ramon Llull, era a imagem de Deus na terra. Por ser bom, ele deveria reger muitas bondades, e, portanto,

[...] ser humilde contra o orgulho. [...] sua bondade é livre, razão pela qual liberdade e generalidade muito se devem guardar para que não se inclinem à maldade e nem concordância com a segunda parte da *Árvore Moral*; pois se inclina à maldade e se está em concordância com a segunda parte da *Árvore Moral*, cairá em grandes baixezas, e fará torto e pecado a todas as bondades particulares que elegem a sua bondade, a qual o príncipe, que

---

<sup>11</sup> Ibid.

<sup>12</sup> Ibid, p.318.

está acima das bondades particulares assim como o vício sobre a virtude, perverte em vício e malícia.<sup>13</sup>

Ademais,

**[...] desta maneira pode-se conhecer quão grande é a falta do mau príncipe, e quão grande é a matéria que dá mau exemplo e a ocasião para que a justiça de Deus o puna com muitos males e grandes tormentos.**<sup>14</sup>

Assim, toda forma de vício, para Ramon LLull, assemelhava-se à pequenez e à menoridade, devendo ser a virtude e a honra as máximas de um soberano. E conclui que grande falta comete o mau príncipe ao reger sua vida pelo

[...] vício e pecado – que não possui nenhuma entidade real nem concordância com nenhuma realidade, e tem tão grande concordância com a menoridade e a pequenez que em todas as suas maneiras concorda com privação e com não ser – acima de todas as bondades grandes e reais, e sua loucura acima de tantas bondades grandes e reais, e coloca a duração de seu vício e poder acima de tantas durações boas, grandes e reais, e sua loucura acima de tantas sabedorias [...].<sup>15</sup>

Por fim,

[...] é uma grande maravilha que algum homem deseje ser príncipe, dado que em tão grave situação possa vir a encontrar-se.<sup>16</sup>

O tronco da *Árvore Imperial* significa que se o príncipe for bom e virtuoso, ele torna-se tronco comum de muitos outros troncos, já que preenche os fins das formas dos que estão abaixo, convindo a ele ter muitas honras e amores, já que ele deve ser objeto de muitos amores, ou, em outras palavras, amado e respeitado por seus subalternos.

Ramon Llull, ao discorrer sobre os braços da *Árvore Imperial*, diz que ela é em número de dez e é dividida pelos seguintes grupos:

1º) barões, condes, duques, marqueses , viscondes e varveedores;

2º) cavaleiros;

---

<sup>13</sup> Ibid, p.318-319.

<sup>14</sup> Ibid.

<sup>15</sup> Ibid, p.319.

<sup>16</sup> Ibid.

3º) burgueses;

4º) conselho;

5º) procuradores;

6º) juizes;

7) advogados;

8º) aguazis;

9º) confessor;

O primeiro grupo seria necessário ao príncipe para as batalhas, mas o monarca também precisaria deles para defendê-lo em casos de adversidades. Sobre os barões, convinha ao príncipe ter muitos deles para ajudá-lo a reinar e justificar sua nobreza, pois

[...]na nobreza dos barões é conservada a nobreza do príncipe [...]. [...] aqueles príncipes que são contra seus nobres barões fazem mal, porque ao destruírem a nobreza daqueles, destoem as suas nobrezas [...].<sup>17</sup>

Mas, devida à pluralidade de ordenamentos e unidades,

[...] seria conveniente que existisse somente um imperador, assim ordenando acima de muitos reis e barões, como o papa está acima de muitos prelados. **Mas como já não existe imperador com aquele poder ao qual estavam habituados os imperadores quando reinavam os césaes de Roma [...], o Império é dividido em muitas partes, e são feitos muitos príncipes e muitas comunas nas cidades.**<sup>18</sup>

Os cavaleiros seriam necessários ao príncipe por serem bem mais fortes do que aqueles que não possuíssem cavalos. Por serem honrados e terem mais poder, fazia mal o príncipe que desse honrarias à cavaleiros indignos. Já os cavaleiros poderosos seriam os mais convenientes ao príncipe, mas “faz mal o príncipe que não conserva a antiga honra da cavalaria quando arma

---

<sup>17</sup> Ibid, p.321

<sup>18</sup> Ibid, grifos nossos.

cavaleiros alguns homens indignos; e aqueles que a recebem, desonram a cavalaria.”<sup>19</sup>

Nesse sentido, Ramon LLull escreveu entre os anos de 1279-1283 em Paris um de suas mais celebres obras: *Livro da Ordem da Cavalaria*. Almejando ser instrumentos de reforma social e ética de seu tempo, a obra tem como meta principal indicar os bons caminhos cristãos que o cavaleiro deveria seguir, em uma época em que a cavalaria era palatinamente corrompida pela decadência moral e pelos maus costumes. Num momento em que os cavaleiros já não mais se preocupavam com a preservação dos valores que deveriam guiar suas vidas, *O Livro da Ordem de Cavalaria* foi organizado por Llull em duas vertentes principais. Na primeira parte, intitulada de *Prólogo*, ele utiliza-se de elementos de novelas cavaleirescas medievais calcadas na figura do Rei Arthur. Um velho eremita presenteia a um escudeiro um livro contendo uma série de valores que há muito haviam desaparecido da Ordem no Século XIII, pois a obra, para o ancião, fora feita para

[...] retornar a devoção e a lealdade e o ordenamento que o cavaleiro deve haver em ter sua ordem, por isso, belo filho, portai este livro à corte onde ides e mostrai-o a todos aqueles que desejam ser novos cavaleiros [...] amais a ordem da cavalaria.<sup>20</sup>

Já a segunda parte dela utiliza-se de um discurso alegórico e didático-moral, em que Ramon Llull descreve a formação, as características e as verdadeiras virtudes do ofício de um cavaleiro. Por fim, o cavaleiro de Llull não era um monge ou um mero templário. Muito pelo contrário, pois a moralização da cavalaria era uma das metas também defendidas pelo papa Gregório VII, porque a integridade dela era impreterível para resgatar os bons costumes de seu tempo. Assim, para Josemar Machado Oliveira,

Apesar do quadro decadente da época, o bom cumprimento das virtudes era possível a ordem da cavalaria e esta deveria ser um ofício exclusivo da nobreza. Só os ingredientes desta ordem poderiam cumprir os objetivos de

---

<sup>19</sup> Ibid, p.323

<sup>20</sup> LLULL, op. cit p,16, nota 2.

uma vida honrada e possuir as condições materiais necessárias a tal ofício [...].<sup>21</sup>

Porém, desde o final do século XII, a cavalaria era constantemente criticada pela sociedade medieval. A Igreja dizia que ela há muito ela não cumpria sua missão secular, pois estaria permeada por valores mundanos. Já os príncipes afirmavam que ela se transformou num exercito de mercenários, ao recorrer a pilhagens e ao aliar-se a milícias urbanas. Daí a escrita da obra *A Ordem da Cavalaria* por Llull, que desejava recuperar os velhos valores e costumes da fase clássica da Ordem.

Voltando à *Árvore Imperial*, Ramon Llull destinou à burguesia atenção especial. Os burgueses deveriam governar as cidades e dar bons costumes a elas. Precisariam ter muitos privilégios e nem ter outros ofícios, principalmente o de cavaleiro, o de mercador ou o das artes mecânicas. Assim,

[...] convêm aos burgueses algumas honras maiores que as dos mercadores, porque possuem ofício geral. Por causa dessas honras, eles devem possuir cavalos e ser ricos, de tal maneira que de suas rendas possam viver e manter seu ofício.<sup>22</sup>

Para auxiliar no seu trabalho, o príncipe deveria ter um Conselho de pessoas boas e dignas, composto por barões, cavaleiros, burgueses, alguns homens do povo e por seu confessor. Assim Llull se justifica sobre a necessidade do Conselho:

Convém lá estarem barões, porque são parte de seu regimento, e o mesmo dos cavaleiros, dos burgueses e dos homens do povo que conhecem os estamentos da cidade, e o mesmo do confessor do príncipe, para que um rei o tema em seu Conselho e que o repreenda se faz algo contra seu bom Conselho.<sup>23</sup>

Mas se o Conselho não é bom e é mau

[...] tal vil Conselho é a maldade do reino, trevas, má fama do príncipe e tributações do povo, que é assim molestado como ovelhas molestadas por lobos por não terem pastores.<sup>24</sup>

E assim conclui:

<sup>21</sup> OLIVEIRA, op. cit p.196, nota 5.

<sup>22</sup> LLULL, op. cit. p.323, nota 8.

<sup>23</sup> Ibid, p.323.

<sup>24</sup> Ibid, p.324.

[...] é muito necessário ao príncipe ter um bom Conselho pela bondade [...], e completo para tal fim. E mediante tal Conselho, faz o bom príncipe bom regimento, e sem ele, são maus príncipes e maus regimentos.<sup>25</sup>

Os Procuradores eram impreteríveis ao príncipe para arrecadar as rendas do reino, mas com os maus procuradores os príncipes perderiam terras e dinheiro. Assim

**Por isso fazem mal os homens que desejam ser procuradores mais para a sua utilidade que para a utilidade do príncipe, porque assim são contra a utilidade publica. Por sua vez, o príncipe faz mal quando torna procuradores aqueles que lhe pedem esse ofício; assim como o papa faz mal quando consente que algum homem seja eleito para ser pessoa comum se demanda o ofício ou faz simonia para obtê-lo.<sup>26</sup>**

Os juizes seriam necessários ao príncipe para fazer juízo. Deveriam ser sábios, justos e pagos pelo príncipe para terem maior liberdade de decisão e para darem a verdadeira sentença pela verdade e pela razão. Mas faria mal o príncipe que contratasse um magistrado que cobrasse por algum serviço fora de seu ordenado, pois, se já recebe aquilo que melhor lhe convém para seu sustento, ao receber suborno ou algum extra estariam eles também desonrando aos príncipes, pois “a honra do juiz é o honramento do príncipe, e sua vileza é desonra e má fama do príncipe”.<sup>27</sup>

Era necessário que os príncipes tivessem advogados bons, sábios e leais e que em cada cidade existisse um deles ordenado pelo próprio príncipe. Mas era preciso que fosse

[...] vedado a eles aceitarem algum serviço das gentes que sejam mais leais, não alonguem os pleitos, nem façam dar despesa às gentes. Tais advogados são muito necessários ao príncipe. Por isso fazem mal os príncipes que não têm tais advogados.<sup>28</sup>

Os aguazis<sup>29</sup> seriam necessários ao príncipe para que eles pudessem prender os criminosos ou insubordinados e punir aqueles que tivessem culpa. Deveriam ser mensageiros dos procuradores e dos juizes. Deveriam,

<sup>25</sup> Ibid, p.323-324.

<sup>26</sup> Ibid, p.323. Grifos nossos.

<sup>27</sup> Ibid, p.325

<sup>28</sup> Ibid.

<sup>29</sup> Aguazil é qualquer empregado inferior da justiça, ou seja, um oficial de diligencias responsável pela investigação ou execução de certos serviços oficiais.

ademais, ser “expensas do príncipe e não cobrem serviço das gentes para que sejam mais verdadeiros e melhores seus ofícios.”<sup>30</sup>

Já os inquiridores, para serem mais eficientes em seu ofício, deveriam ser divididos em três grupos: os maiores, os médios e os do povo. Eles seriam necessários para espionar e punir os maus juizes, os maus procuradores e os maus aguazis que fizessem algo errado ao soberano, à sua gente ou a seus agentes. Deveriam ser os inquiridores bons, sábios e ricos, pois de seu sucesso dependeria que os juizes e outros oficiais respeitassem ao príncipe e que tivessem temor e prudência.

Já o confessor deveria ser bom, honesto, sábio e religioso para que fosse o mais imparcial possível. Se o príncipe fizesse algo manifesto contra o seu reino ou sua gente, seria preciso que o **“confessor seja inquiridor se o príncipe faz algo contra seu povo [...]. E tal inquiridor é muito necessário ao príncipe e às suas gentes.”**<sup>31</sup>

Porém, a *Árvore Imperial* possui muitos ramos das outras *Árvores*, cuja grande maioria vem da *Árvore Moral*, os quais devem estar contra os ramos que estão na segunda parte daquela *Árvore*. E ainda deveria o príncipe possuir sete ramos entre os outros, isto é, a justiça, o amor, o temor, a sabedoria, o poder, a honra e a liberdade, porque sem estes ramos o príncipe não pode ter boas flores, nem boas folhas, nem se pode colher dele bom fruto.

Sobre a justiça, era necessário que o príncipe fosse justo em suas decisões, pois sua bondade e grandeza estariam de acordo com os preceitos da *Árvore Moral*, e tal significação seria necessária para que o príncipe soubesse agir com justiça e prudência.

---

<sup>30</sup> LULLI, op. cit. p.325-326, nota 8.

<sup>31</sup> Ibid. p.326. grifos nossos

Sobre o amor, deveria o príncipe educar o povo à amá-lo, pois ele é muito maior virtude do que temor. Mesmo que sofresse mais coisas pelo amor do que pelo temor,

Assim, fazem mal aqueles príncipes que não se esforçam para serem amados pelas gentes [...], já que o temor sem amor dá grande paixão à audácia dos homens e faz considerar muitas coisas para o príncipe.<sup>32</sup>

A educação através do amor faria concomitância com coisas amáveis, pois o príncipe justo, na medida em que justificasse esse status,<sup>33</sup> deveria educar seu povo para amar coisas amáveis em si mesmas, pois

**Dessas coisas se alimenta desamor contra o amor, a injúria contra a justiça, a traição contra a lealdade, e todas as outras coisas que acontecem por temor sem amor.**<sup>34</sup>

Aliás, o amor é tema recorrente para a grande maioria dos pensadores da antiguidade e do medievo. Paulo, por exemplo, dedicou atenção especial para o que seria o verdadeiro amor cristão. Em Coríntios 1, Capítulo XIII, ele afirma que o amor é sofredor, é benigno e não é invejoso. Não provoca injustiças e anda em concomitância com a verdade. Mesmo que sua concepção de amor não seja dirigida ao soberano, como no caso de Llull, ele salienta que o amor nunca falha, e em simbiose com a esperança e a fé, nunca falhará. Ademais

Ainda que falasse a língua dos homens e dos anjos, e não tivesse amor, seria como metal que soa e como um sino que tine.  
E ainda que tivesse o *dom* da profecia e tivesse todos os mistérios e toda a ciência, e ainda que tivesse toda a fé, de maneira tal que transportasse os montes, e não tivesse amor, nada seria.<sup>35</sup>

Porém, o temor seria uma necessidade para o príncipe e deveria ser usado por ele de duas maneiras: de ele temer a Deus e a seu povo. Assim,

[O príncipe] deve temer a Deus para não ofender seu povo, o qual Deus deixou sob seu comando, assim, como as ovelhas estão sob comando do pastor. Deve temer seu povo para não ofender o amor que seu povo lhe

<sup>32</sup> Ibid, p.327-328

<sup>33</sup> O sentido de “status” aplicado é o de Marx Weber, que usava o conceito para estabelecer diferenças entre classes, “cujo destino era determinado pelo *status* ou honra que lhes era concedida por outros. A posição dos grupos definidos por *status* era normalmente adquirida no nascimento e definida pela lei.” BURKE, Peter. **Historia e teoria social**. São Paulo: Unesp, 2002. p.90-91.

<sup>34</sup> LLULL, op. cit. p.328, nota 8.

<sup>35</sup> **Novo Testamento**. Rio de Janeiro: Guideões Internacionais, 1983. p.346.

tem, pois grande injúria o príncipe faz ao amor de seu povo quando comete contra ele falta e engano.<sup>36</sup>

Da maneira semelhante, o povo deveria temer a Deus para não ofender o semelhante. Existiria ainda uma outra forma de amor que o povo deveria ter para com seu senhor: considerar o poder e a justiça do príncipe e a sabedoria dele e de seus juizes, procuradores e conselheiros.

A sabedoria deveria ser usada pelo príncipe para administrar o reino e também fazer seu povo teme-lo pela sua inteligência, pois o membro da realeza sábio e astuto é muito temido,

[...] e é mais temido por sua sabedoria que por seu poder, pois a sabedoria do príncipe infunde temor a seu Conselho, em seus oficiais e em seu povo, já que a sabedoria mostra as coisas lícitas e ilícitas e os juízos daqueles que fazem contra o príncipe.<sup>37</sup>

Já o poder seria instrumento do ofício do príncipe, fazendo grande mal os homens inferiores que desejassem que a força do soberano fosse do mesmo tamanho do seu, pois muitos maus poderiam acontecer se a autoridade do príncipe fosse questionada, podendo ocorrer, por exemplo, perda de comando, anarquia e insurreições. Assim, era necessário que grande fosse a honra do príncipe, pois

Ao príncipe convém a honra, porque a honra tem dois pés com os quais caminha a justiça, justiça que é o repouso do povo: um pé da honra é o amor e o outro é o temor. Por isso, quanto maior for o honramento do príncipe, melhor ele pode caminhar mais fortemente na justiça, pois a honra é amável e temível. [...] **na honra do príncipe está o honramento e o repouso do povo.**<sup>38</sup>

A liberdade foi dada por Deus aos homens para que livremente eles fizessem o bem e se esquivassem o mais plenamente possível do mal, pois, para Ramon Llull, tão nobre coisa é o bem que a nobreza do príncipe deveria ser feita livremente e não por obrigação e nem por coerção.

---

<sup>36</sup> LLULL, loc cit.

<sup>37</sup> Ibid, p.329.

<sup>38</sup> Ibid. p.329-330, grifos nossos.

Se o homem tem a liberdade para fazer o mal é porque tem a natureza original, isto é, do não-ser, porque foi originado do pecado original. Como o homem possui liberdade para fazer o bem e se esquivar do mal, ao faz o bem ele se esquia do mal e ganha muitos méritos, mas, se faz o mal, se esquia do bem tem culpa. Assim,

Deus não deu a liberdade ao homem para que ele fizesse o mal e sim para fazer o bem e se esquivar do mal. Se Deus tivesse dado a liberdade ao homem para que pudesse fazer o mal, teria criado a liberdade contra a liberdade e criado dois poderes, um bom e outro mau, e duas liberdades, uma boa e outra má [...].<sup>39</sup>

Ademais,

[...]o povo não deve ir contra a liberdade que o príncipe tem para fazer o bem e se esquivar do mal, porque se o fizesse, inclinaria o príncipe a usar da má liberdade e fazer o mal. **E assim aquele povo faz contra si mesmo quando deseja que permaneçam na cidade alguns antigos costumes que são contra a justiça e contra a liberdade de fazer o bem e de se esquivar do mal.**<sup>40</sup>

Feita as considerações sobre os ramos da *Árvore Imperial*, Ramon Llull passa a descrever as folhas da *Árvore*.

Inicialmente, as folhas da *Árvore Imperial* seriam significativas nas outras primeiras *Árvores*, das quais ele passa à uma breve descrição de cada.

Tratando inicialmente das generalidades que pertenceriam à ciência do direito, a descrevendo em suas formas gerais. Nomeou quarenta formas onde poderiam estar todas as folhas particulares da ciência do *Direito Civil*, que seriam: comprar, vender, emprestar, restituir, encomendar, prometer, provar, outorgar, negar, duvidar, estabelecer, procurar, tirar, alugar, acusar, escusar, mudar, perder, encontrar, dar, condicionar, atormentar, afrontar, enganar, difamar, perder, luxuriar, trair, matar, blasfemar, desobedecer, mentir, de necessidade, de caso, de ciência, de ignorância, de esquecimento, de liberdade, de servitude e de presunção.

---

<sup>39</sup> Ibid, p.330.331.

<sup>40</sup> Ibid, p.331.

Ao príncipe, seria necessário que ele aprendesse o conteúdo do livro para que aos homens

[...] que fossem juizes e advogados para que eles pudessem julgar, advogar e determinar muitos pleitos, em brevidade de tempo e por razões necessárias e naturais. E que aqueles juizes e advogados fossem pagos pelo príncipe, conforme já dissemos, para que melhor pudessem entender o livro e através dele concordar os acidentes do direito particulares do caso aos acidentes necessários e naturais que estão nas formas gerais. E saber este passo é muito útil àqueles que amam a ciência do direito.<sup>41</sup>

Feita essas considerações, Ramon Llull cria a metáfora do cavaleiro, do mercador e do cavalo para explicar valores como honra, preço justo e tantos outros contidos dentro das folhas da *Árvore Imperial*.

Sobre a quantidade, Ramon Llull disse que quando o cavaleiro vendeu seu cavalo à um mercador por cem florims<sup>42</sup>, a venda foi regida pela qualidade do cavalo e a quantidade de florims, pois a quantidade está sujeita à forma da compra e venda logo que o cavaleiro receba todos os florims e cada um tenha seu peso devido em ouro e em espécie, e além disso, que cada um dos florims seja legítimo, visto que a venda, que também seria um ato de amar, torna-se justa quando a negociação traz vantagens recíprocas para quem compra e para quem vende.

Hunt e Sherman definiram tal relação como a *Ética Paternalista Cristã*, pois mercadores e comerciantes deveriam vender seus produtos a um preço justo, visto que a Igreja Católica era contrária à cobiça e à acumulação de riquezas, com a exceção de que a riqueza fosse usada para ajudar aos necessitados. Os autores, citando São Clemente,<sup>43</sup> afirmam que no medievo o homem rico, para conquistar a salvação, não precisaria renunciar à sua fortuna. Era necessário apenas livrar-se do desejo nefasto que a ganância e a usura

---

<sup>41</sup> Ibid, p.333.334

<sup>42</sup> Florim, moeda de prata ou de ouro, cujo valor varia de país para país. Também serve como unidade monetária na Holanda.

<sup>43</sup> São Clemente, ou Clemente de Alexandria, nasceu em Atenas e viveu entre os anos 150 a 215 da era cristã. Foi escritor, teólogo e mitógrafo. Foi defensor da rebelião contra a opressão, que levou ao conceito de guerra justa, foi considerado o fundador da escola de teologia de Alexandria e escreveu obras como *Exortação aos gentios*, *O Pedagogo* e *Seleções (Stromata)*. **Clemente de Alexandria**. Disponível em: < [http://pt.wikipedia.org/wiki/Clemente\\_de\\_Alexandria](http://pt.wikipedia.org/wiki/Clemente_de_Alexandria) >. Acesso em: 22 jul. 2007.

incitariam ao seu humano. Se Deus escolheu os homens ricos para praticar a missão da caridade, suas fortunas deveriam ser administradas para seguir aos interesses de Deus. Em síntese, quem tinha dinheiro teria que fazer bom uso de sua riqueza ajudando aos pobres e praticando a caridade.<sup>44</sup>

Assim, a qualidade da negociação seria assegurada quando o cavaleiro garantisse ao comprador que seu cavalo é bom, pois, para Ramon Llull,

E nessa qualidade existem muitas qualidades ajustadas, isto é, muitas semelhanças de qualidades reais [...]. O mesmo acontece com as outras qualidades imaginadas e sentidas, que condicionam a venda e a compra do cavalo sob o hábito da qualidade.<sup>45</sup>

Se a relação de compra e venda é sustentada por sua natureza, tal ação transforma-se em paixão quando a venda transforma-se numa manifestação espiritual à medida que a troca for justa. Porém,

Mas o direito exige, conforme explicação na *Árvore Sensual*, que o mercador seja punido caso não peça explicações sobre o que pode ser dito, ouvido e até visto do cavalo, ou seja, que pergunte ao cavaleiro se o cavalo é bom e está inteiro, e prove aquilo segundo a ação que o senso do mercador possui em atingir a verdade do cavalo.<sup>46</sup>

A compra e a venda do cavalo estão sujeitas às leis do hábito geral, que regiam praticamente todas as relações comerciais da época. Mas o conceito também tinha outra conotação, na medida em que o cavaleiro deveria dizer ao comprador

[...] se os hábitos do cavalo são bons ou maus, porque pelos bons faz a caridade a si mesmo, e pelos maus faz caridade a seu próximo, pois se há algum mau hábito no cavalo e o cavaleiro não diz ao mercador, vendo o cavalo contra a justiça e a prudência, a caridade e a fortaleza.<sup>47</sup>

Pois, caso contrário,

<sup>44</sup> HUNT, E.K; SHERMAN, H.J. **História do Pensamento Econômico**. 22<sup>a</sup> ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2005.

<sup>45</sup> LLULL, op. cit p.334, nota 8.

<sup>46</sup> Ibid, p.335-336.

<sup>47</sup> Ibid, p.336.

[...] a justiça dos bens espirituais o punirá, mediante a prudência, a fortaleza e caridade. Esta punição pertence a Deus e não ao príncipe [...].<sup>48</sup>

O tempo existe tanto conforme a presença do dinheiro como do cavalo, pois a negociação, em algumas situações, poderia ocorrer sem a presença do animal. O mercador deveria exigir como condição que o cavaleiro lhe dê o cavalo que prometeu por cem florims, fazendo o mesmo o cavaleiro caso entregasse o cavalo ao mercador na ausência do dinheiro. Assim, o lugar, por razão de algum obstáculo, poderia determinar os rumos de uma negociação, pois

[...] o lugar existe igualmente na posse dos dinheiros e do cavalo [...]. [...] por razão de algum obstáculo do lugar, muitas vezes não convêm que simultaneamente estejam os direitos e o cavalo. Por isso, o direito exige que, conforme a caridade, a justiça, a lealdade e a intenção principal, num tempo e num lugar possam ser entregues os dinheiros, e em outro tempo e lugar, o cavalo.<sup>49</sup>

Porém,

Caso durante aquela diversidade de tempo e de lugar morrer o cavalo, o direito exige que o mercador não tenha a obrigação de dar os dinheiros, e que o cavaleiro os devolva, se os tiver recebido. O direito sustenta isso conforme as formas naturais que colocam diferença entre lugar e lugar, tempos e tempos na *Árvore Elemental* [...].<sup>50</sup>

E conclui Ramon Llull afirmando que o exemplo do cavalo pertence à

[...] uma espécie de hábito geral da ciência do direito, e é uma doutrina para saber-se ordenar direitos especiais sujeitos ao hábito geral do direito.<sup>51</sup>

Terminada a descrição, Ramon Llull discorre sobre as flores da *Árvore Imperial*. Elas seriam as sentenças dadas pelo príncipe e por seus oficiais. As flores do príncipe seriam os regimentos e as ordens decretadas em favor da justiça e da paz das gentes.

Mas se o príncipe fosse mau suas flores também seriam, pervertendo a honra geral e desonrando seu povo, ao trocar a honra inferior pela desonra superior

---

<sup>48</sup> Ibid.

<sup>49</sup> Ibid, p.337

<sup>50</sup> Ibid.

<sup>51</sup> Ibid.

e, por esse motivo, as flores do príncipe seriam feitas e formadas por má figura, e delas não poderiam existir bom fruto. Ademais,

As flores do príncipe são instrumentos e regimento das flores de seu povo. Assim, as flores do príncipe respondem a muitos regimentos e por esse motivo o príncipe não deve ser negligente, nem dormir muito, nem caçar, nem viver em repouso, porque em sua ociosidade são ociosas suas gentes, pois não possuem nenhum instrumento que lhes mova ao regimento e à paz [...]. Por isso fazem mal os príncipes que se deleitam na vangloria deste mundo e nos deleites carnis e sensuais, visto que tantas coisas têm de responder, como o martelo, que é o instrumento de muitos pregos, e a vela ardendo, que ilumina muitos homens no quarto.<sup>52</sup>

Concluindo, Ramon Llull salientou que o fruto da *Árvore Imperial* é a paz das gentes, para que os homens em paz possam honrar e servir a Deus. Assim como as plantas, o povo requer de seu príncipe paz e justiça, mas, se o soberano for mau, ele tende a apodrecer os demais frutos, dando mau sabor e apodrecendo todo o ambiente. É preciso que o príncipe seja bom e justo, para que seu reino viva em harmonia consigo mesmo e com Deus.

## CONCLUSÃO

A grande contribuição da *Árvore Imperial* de Ramon Llull à sua época foi a tentativa dele transforma-la num manual a ser seguido pelos monarcas de sua época de serem justos em suas decisões e com seu povo.

Porém, uma sociedade mais justa só é possível com a moralização de suas instituições, objetivando impregnar o mundo com valores que, *grosso modo*, as pessoas devem seguir para viver em harmonia consigo mesma e com as instituições de seu tempo. *A Árvore Imperial* deve ser lido pela sociedade contemporânea não como uma simples tentativa de se tentar compreender valores e conceitos que uma determinada época deveria seguir, mas sim como instrumento de compreensão de sua própria existência, em um mundo em que a falta de compaixão e respeito com as instituições e ao próximo são triste realidade. Ademais, o objetivo de Ramon Llull era transformar sua

---

<sup>52</sup> Ibid, p.338.339

*Árvore* em um manual que servisse de paradigma para resgatar a moral e os bons costumes de sua época. Mas Maquiavel e seu *Príncipe* transformam o bom e justo soberano de Llull em um ser que se utiliza dos mais variados meios, muitos deles escusos, para atingir seus objetivos. Mas isso é outra história...

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

### FONTES PRIMÁRIAS

LLULL, Ramon. A *Árvore Imperial*. In: COSTA, Ricardo d. (org). **Testemunhos da História**: documentos de História Antiga e Medieval. Vitória: Edufes, 2002.

\_\_\_\_\_. **O Livro da Ordem da Cavalaria**. Tradução de Ricardo da Costa. São Paulo: Editora Giordano/ Instituto Brasileiro de Ciência e Filosofia Raimundo Lúlio, 2000.

**Novo Testamento**. Rio de Janeiro: Guideões Internacionais, 1983.

### FONTES SECUNDÁRIAS

**Clemente de Alexandria**. Disponível em: < [http://pt.wikipedia.org/wiki/Clemente\\_de\\_Alexandria](http://pt.wikipedia.org/wiki/Clemente_de_Alexandria) >. Acesso em: 22 jul. 2007.

ANDERSON, Benedict. **Nação e consciência nacional**. São Paulo: Ática, 1989.

BURKER, Peter. **História e teoria social**. São Paulo: Unesp, 2002. p.90-91.

HUNT, E.K; SHERMAN, H.J. **História do Pensamento Econômico**. 22<sup>a</sup> ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2005.

JAULENT, Esteve. **Os problemas enfrentados por Lúlio em Paris: a cruzada e a luta contra o averronismo.** Disponível em: <  
[http://www.ramonllull.net/sw\\_studies/studies\\_original/problemasparis.html](http://www.ramonllull.net/sw_studies/studies_original/problemasparis.html)>

Acesso em: 19 jul. 2007.

OLIVEIRA, Josemar Machado. Resenha do “O Livro da Ordem de Cavalaria” de Ramon Llull. In: COSTA, Ricardo d.; PEREIRA, Valter Pires (org). **Revista de Departamento de História da UFES.** Numero 9. Vitória: EDUFES, 2001.